

A CRISE QUE SE AVIZINHA...

A CRISE PELA QUAL PASSAMOS

*Ernesto Martins**

Outra mudança das regras de jogo

O episódio das férias forçadas do Congresso não representa certamente um sinal de força do regime militar. Mais uma vez teve de mudar as regras do jogo, para garantir a sua continuidade. Para o próprio governo Geisel, implica numa admissão pública do fracasso definitivo dos planos originais da institucionalização do regime, isto é, da tentativa de tecer um véu democrático para esconder a nudez do regime militar.

Esse fracasso já se tinha esboçado em agosto de 1975, quando Geisel se viu forçado a declarar como "mal-entendido" e inexistente a sua antes anunciada política de "distensão" e de "abertura". Havia, todavia, ainda sintomas de uma tentativa de seguir os planos primitivos de uma maneira mais modesta, isto é, em nível mais baixo. A realização das eleições municipais fazia parte desse esquema. Mas justamente as últimas eleições, com suas restrições suplementares, revelaram também aos mais ingênuos os limites estabelecidos de antemão pelo regime. Eleições podiam funcionar como válvula de escape para o descontentamento popular, mas não podiam pôr em perigo nem alterar o fato da ditadura militar. A oposição, qualquer que fosse, não podia nem sequer estorvar o governo dos militares. A oposição burguesa em torno do MDB respeitou essas regras de jogo até o ponto em que lhe era possível e seu maior receio era justamente receber votos demais, para "não pôr em perigo" as eleições de 1978.

Mesmo a oposição burguesa não conseguiu satisfazer os militares insaciáveis e ela teve de fazer um gesto para justificar a sua razão de ser perante as massas descontentes, que lhe deram seu voto. Isso bastou para desencadear a reação gorillesca.

Desde o golpe de 1964, o Congresso por duas vezes não correspondeu às expectativas do regime militar. Em dezembro de 1968, quando se negou a levantar a imunidade de dois deputados, e agora quando não reuniu os votos necessários para a reforma judiciária. Ambas as vezes foi posto em recesso. Há uma diferença, todavia. Em 1968 foi uma maioria de votos que se opunha às exigências governamentais. Desta vez bastou uma minoria para criar alarme entre os militares.

Desta vez, a ditadura militar limitou-se a transformar o recesso numa manobra extra-parlamentar. Deu uma "demonstração de força" imediata, uma advertência do que é capaz de fazer e aproveitou o momento para impor a legislação, que não encontrou a maioria necessária no Congresso. Matou dois coelhos com uma cajadada, pois aproveitou inclusive a ocasião para mudar novamente o sistema eleitoral, a fim de fortalecer as suas posições desgastadas no pleito de 1978. Finalmente, aboliu a necessidade dos dois terços para emendas constitucionais, para evitar futuros "incidentes" com o Congresso.

O recesso não durou mais do que 15 dias. Duas razões devem ter influído nessa decisão do governo Geisel. Em primeiro lugar, a situação não está favorável para experiência mais radicais. O regime militar brasileiro está fazendo um esforço desesperado para não ser posto no mesmo nível do chileno, uruguaio e argentino. Necessita de mais respeitabilidade e aparência de estabilidade interna face aos seus credores internacionais, de fato e em potencial. Em segundo lugar, julga não necessitar de medidas tão extremas como

* *“Ernesto Martins” foi um dos pseudônimos utilizado por Eric Sachs em seus escritos políticos antes e durante a ditadura militar.*

em 1968/69, nem dispõe atualmente de pretextos da "subversão terrorista" e da "guerra interna" para convencer a maioria das classes dominantes da necessidade de tais recursos. A aparente autoconfiança do regime, entretanto, poderá revelar-se de fôlego curto. Está evidente que o descontentamento com a situação criada não se limita mais às classes exploradas. As crescentes dificuldades econômicas e financeiras repercutem não só na classe média, como também na própria burguesia, insatisfeita com a pouca influência direta que exerce sobre os negócios governamentais.

O pano de fundo

O sintoma mais grave do novo desgaste do regime se deu provavelmente por ocasião da saída do ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, do governo Geisel. Assim foi interpretado também por parte da imprensa internacional, que começou a preocupar-se novamente com a situação brasileira, coisa que não chegou a fazer nem com as últimas eleições.

Naquela ocasião, órgãos ingleses chegaram a descrever Severo Gomes como "defensor aberto de uma volta ao sistema democrático" e, ao mesmo tempo, como porta-voz da facção mais poderosa da nossa classe dominante, da burguesia paulista. Essa impressão do órgão inglês é confirmada aparentemente por pronunciamentos feitos por expoentes industriais no jornal "O Estado de São Paulo", no sentido da necessidade de um "retorno à democracia" e de "eleições diretas do presidente da república", apoiados por declarações semelhantes do próprio presidente da Câmara de Comércio de São Paulo, Papa Júnior.

Tão simples, porém, a situação não nos parece. O ex-ministro nunca deu a falar por suas inclinações democráticas. A reputação que conquistara em público era de um defensor de soluções mais ou menos "nacionalistas", que pôde advogar com certa liberdade. Tudo indica que foi justamente por essas posições e das suas repercussões no seio das Forças Armadas que chegou a participar do governo. Servia ao regime como válvula de escape, tanto mais que não eram as suas soluções que chegavam a ter força de lei e, sim, as de Mário Henrique Simonsen. Se Severo Gomes, recentemente, descobriu o seu amor a "soluções democráticas", é de se supor que simplesmente chegou à conclusão de que dentro dos quadros do presente regime não havia possibilidade para pôr em prática as soluções por ele pleiteadas.

Em todo o caso seria difícil considerá-lo representante da burguesia paulista. Esta, um ano atrás, ainda estava em choque direto com o então ministro Severo Gomes, quando promoveu pelas colunas do "O Estado de São Paulo" a campanha de "desestatização". Se o ex-ministro e círculos da burguesia paulista encontraram agora um denominador comum - a volta à democracia - isso significa que também a burguesia paulista chegou à conclusão de que suas diversas reivindicações não encontram solução satisfatória no presente regime.

De fato, uma das características do presente momento é o cansaço de uma parte da burguesia da tutela da ditadura militar. Deseja retomar a influência sobre os negócios de Estado, deseja exercer diretamente seu domínio por intermédio dos seus partidos e deputados no Congresso, ao qual pretende restituir o poder de decisão. Não é essa a primeira vez que isso se dá. Durante o governo Costa e Silva, em 1968, assistimos a algo semelhante, quando facções da classe dominante acharam que as Forças Armadas já tinham cumprido o seu dever, tinham restabelecido a ordem no país e que podiam devolver, pelo menos parcialmente, as rédeas do poder aos civis. A diferença entre 1968 e hoje consiste no fato de que naquela ocasião a crise cíclica do capitalismo brasileiro estava sendo vencida e a expansão econômica, que estava se iniciando, ajudou a neutralizar esse gênero de descontentamento e de oposição. Hoje, tais perspectivas não estão à vista.

Com isso não queremos afirmar que o Brasil esteja sendo novamente atingido pela crise cíclica. Esta, dois anos atrás, ameaçou o país, mas não chegou a atingir as proporções que se podia esperar. É verdade que a crise econômica mundial, desencadeada (mas não causada) pelo aumento dos preços no petróleo, provocou também no Brasil uma redução pela metade da taxa de crescimento em 1975. Um ano depois, entretanto, ela estava

novamente em 8,8%, no que diz respeito à expansão geral, e em 11% no setor industrial. Tais taxas de crescimento certamente não permitem falar de crise, nem mesmo aplicar o eufemismo da recessão. Fato é que a economia brasileira pôde aproveitar rapidamente a recuperação do mercado mundial, no decorrer do ano passado, sem ter atingido um ponto tão baixo como o dos Estados Unidos ou da Alemanha Ocidental, por exemplo. Acontece, entretanto, que a recuperação geral do capitalismo nas metrópoles é lenta e irregular e uma nova prosperidade, como os países industriais a conheceram no pós-guerra, não é esperada nem mesmo pelos economistas burgueses. O impulso, que pode partir daí para a economia nacional dificilmente ultrapassará a intensidade atual e isso torna improvável uma volta às taxas de expansão da fase do governo Médici.

O que entrou em crise, porém, foi a política financeira do regime. Já teve como efeito o abandono dos planos governamentais de substituição das importações de bens de investimento. Manifesta-se, por um lado pelo crescimento inédito da dívida externa (cerca de 30 bilhões de dólares) e do déficit da conta corrente (6,8 bilhões) e, por outro lado, pela inflação interna, a qual conforme dados oficiais perfez 46% em 1976.

O alto nível da dívida externa, que a leva a um ponto de saturação, terá diversas implicações para o futuro. Em primeiro lugar, dificulta as possibilidades da burguesia brasileira superar as suas dificuldades internas, apelando para o mercado financeiro internacional. Mas, muito mais greve e de conseqüências mais imediatas é o crescimento calamitoso das obrigações anuais decorrentes das prestações de serviços e amortizações da dívida. Se essas, em 1976, já chegaram a quase metade dos ingressos das exportações, calcula-se para o ano em curso que atingirão 51%.

A impossibilidade de reduzir o nível da inflação interna representa no momento o calcanhar de Aquiles do regime. Minando o equilíbrio social erguido nos últimos anos, com a ajuda das baionetas, o regime receia tomar medidas deflacionistas, que certamente precipitarão a crise econômica. A marcha da inflação, entretanto, hoje como no tempo de João Goulart, se de um lado adia a eclosão da crise econômica, por outro, potencializará os seus efeitos no dia em que estourar. Nesse sentido, a atual crise financeira não é mais do que um sintoma de uma futura queda da conjuntura econômica, com todas as suas conseqüências.

É contra esse pano de fundo que o descontentamento da burguesia e o seu cansaço da ditadura militar têm de ser visto. Ela não atravessa hoje um momento tão crítico para necessitar dos militares, a fim de reprimir as massas, ou pelo menos julga poder dispensar essa ajuda pelo fato das suas reivindicações, em vista das dificuldades crescentes, não encontrarem ouvidos junto ao executivo militar-tecnocrático.

Isso, porém, só representa um lado da moeda. Outro é o descontentamento crescente das camadas mais baixas da hierarquia social. Atinge novamente as classes médias, que no passado puderam ser neutralizadas pelas cascas que sobraram do ritmo de expansão econômica. Embora, segundo as estatísticas, no Brasil 10% da população (e isso inclui as classes médias superiores) disponha de 48% dos ingressos, e as vendas de produtos domésticos terem aumentado em 8% no ano passado, a inflação atinge e dificulta as poupanças. A classe média inferior e assalariada, por sua vez, é atingida mais diretamente. Assim, o aumento previsto para funcionários públicos neste ano, não ultrapassará 25%, o que implica numa queda dos vencimentos reais, em virtude da taxa de inflação existente. Além disso, esse reajustamento virá com três meses de atraso. É também essa camada a mais atingida pelo recente aumento, de fato, do preço da gasolina. Não é de se admirar quando, nessas circunstâncias, surgem boatos sobre intranqüilidade e prisões entre oficiais de patente inferior.

Materialmente mais desesperada ainda é a situação da classe operária. Foram esquecidas muito depressa as promessas de uma próxima restauração do nível salarial de antes de 64 e os planos de um crescimento do mercado interno dos quais se falava ainda antes do Primeiro de Maio do ano passado. O último aumento "inédito", evidentemente, já foi tragado de longe pelo crescimento do custo de vida. Greves, portanto, não são mais novidade, mas se a manifestação de rua dos operários de construção de Curitiba ainda pôde ser suprimida pela censura de imprensa, o mesmo não se deu mais com as paredes dos

transportes públicos em São Paulo e Porto Alegre. A palavra "greve", depois de anos, reapareceu na imprensa brasileira.

A situação no campo também não é mais a mesma. A própria burguesia rural se encarregou de lançar a semente da intranqüilidade. De um lado, o fenômeno dos "bóias-frias" aproxima o trabalhador do campo às formas de luta e de organização do operário industrial. De outro, a atividade dos grileiros, que acreditaram poder valer-se do escudo militar, provocou a resistência dos posseiros em escala crescente.

Perspectivas e alternativas

A ditadura militar está hoje em posição defensiva. Isso não significa ainda que já esteja na iminência de cair. Mas, independentemente do espaço de tempo que o processo de sua deterioração levar, temos de encarar as diversas alternativas que se apresentam, e que se podem distinguir nesse momento.

Queremos deixar claro, e sempre defendemos esse ponto de vista, que o proletariado brasileiro tem todo interesse na queda da ditadura. A quebra do aparelho repressivo é necessária para que se reagrupe, movimente e organize como classe, sob bandeira própria, para continuar a luta sob condições mais favoráveis.

O proletariado, entretanto, não pode ter interesse que o regime militar seja seguido por uma república democrática, na qual a classe dominante exercerá a sua ditadura de maneira velada, mas direta, e na qual as bases sociais, que permitiram o golpe de Abril de 1964, sejam conservadas ou restabelecidas. E qualquer república burguesa que se consolidar, não pode deixar de manter ou restabelecer essas bases sociais, mesmo reformadas.

Quais são essas bases sociais, principais sustentáculos da ditadura? Em primeiro lugar, a grande burguesia nas cidades, os trustes e consórcios nacionais e estrangeiros, que dominaram todos os governos nacionais na história recente do Brasil e que, sempre que ameaçados os seus lucros ou privilégios, apelarão às forças de repressão existentes. Em segundo lugar, os expoentes do latifúndio, que apesar das contradições existentes, são aliados da burguesia urbana. Enquanto não forem mudadas as estruturas do campo, dominarão grande parte do eleitorado do interior, controlarão as Assembleias estaduais e a nacional (e qualquer Constituinte), e, em conjunto com a parte reacionária das classes médias das cidades, sustentarão o regime do grande capital.

Finalmente, como instrumento potencial de qualquer ditadura, aberta ou velada, temos as Forças Armadas, que atualmente fornecem o Executivo, subjugando os demais poderes do Estado burguês.

Temos precedentes recentes de queda ou liquidação de ditaduras abertas da burguesia, que ilustram possíveis alternativas.

Em Portugal, a iniciativa partiu das fileiras do próprio Exército, respectivamente da hierarquia inferior da sua oficialidade. O 25 de Abril colocou o proletariado em cena, aliado aos trabalhadores dos latifúndios do sul do país e grande parte de unidades radicalizados das Forças Armadas. Com o aprofundamento das contradições internas criou-se uma situação revolucionária, que não pôde ser aproveitada, principalmente por falta de uma vanguarda conseqüente e ligada às massas. Uma vez passado o auge da radicalização, iniciou-se um processo de restauração das instituições e da sociedade burguesa, que hoje atingiu um equilíbrio precário, sob forma da república parlamentar.

Na Espanha (como também na Grécia, por outras razões), a ditadura militar entrou num beco sem saída. Atualmente assistimos à tentativa de sua liquidação política, de uma "redemocratização" controlada pela classe dominante com a ajuda das potências ocidentais, na qual as bases tradicionais da sociedade espanhola devem ser resguardadas. O fiador da manutenção dos privilégios nesse processo continua sendo as Forças Armadas, que até agora se mantêm intactas. Até agora, não se esboçou uma situação revolucionária na Espanha.

Se queremos apontar precedentes típicos no nosso hemisfério, temos de recuar um pouco no tempo. Na Bolívia, em 1952, uma revolução iniciada por parte do Exército, mas levada à vitória pela intervenção dos mineiros armados, destruiu grande parte da máquina estatal, comprometida com a ditadura, inclusive as Forças Armadas, que foram dissolvidas. Um governo de transição, sob a liderança pequeno-burguesa, encarregou-se de reconstruir as instituições burguesas, a começar por um exército "democrático", que pouco a pouco foi liquidando conquistas da revolução e que acabou estabelecendo nova ditadura militar.

Em Cuba, finalmente, uma guerra de guerrilha foi o catalisador de um movimento revolucionário, que desembocou numa greve geral insurrecional vitoriosa. Também nessa ocasião as Forças Armadas burguesas foram liquidadas e desta vez a medida foi definitiva. Um governo de transição revolucionário, que se apoiou em milícias na cidade e no campo, desapropriou a classe dominante e levou o país em direção à ditadura do proletariado e do socialismo.

Esse esboço sumário, evidentemente, não tem a pretensão de uma análise, e visa unicamente lembrar alternativas reais, que se deram em momentos de liquidação de ditaduras abertas da burguesia e — que seja dito de passagem — de ditaduras que não correspondiam mais, naqueles momentos, às necessidades subjetivas das classes dominantes.

O que nos interessa, no caso, é o fato dos dois momentos extremos nos processos assinalados estarem presentes no desenvolvimento da situação brasileira. De um lado, o descontentamento de frações decisivas da classe dominante com a prolongada tutela da ditadura militar e seu desejo subjetivo de uma "redemocratização" das instituições, que não ameace as estruturas da sociedade existente. Trata-se, evidentemente, de um risco calculado, pois existem no país as forças sociais rebeldes, tanto nas cidades como no campo, cujo despertar e movimentação ameaçam romper os estreitos limites da sociedade burguesa-latifundiária.

Assim mesmo, parte da burguesia está disposta a correr esse risco. Talvez porque confie que mais de uma década de repressão tenha domado essas forças e que o descontentamento existente possa ser dirigido para canais reformistas. A sua autoconfiança talvez tenha sido reforçada pela experiência grega e o seu futuro comportamento dependerá do desenrolar das coisas na Espanha.

Uma possibilidade parece que podemos excluir: a das Forças Armadas nacionais desempenharem um papel análogo ao das portuguesas. Apesar do descontentamento reinante nas suas fileiras, nenhuma facção significativa dos oficiais tomará iniciativas que possam levar a uma situação revolucionária. Isso não exclui a possibilidade de tentativas de substituir um governo militar por outro, nem a possibilidade de cisões e rachas no seu meio.

Parece-nos, todavia que isso só se dará em conseqüência e no decorrer de um movimento de revolta popular aberto, que repercutirá no seio das Forças Armadas.

No extremo oposto, não se distingue também no Brasil possibilidades para um movimento de guerrilha, que possa desempenhar o papel análogo ao da Cuba. A única guerrilha rural maior e mais prolongada, a do Araguaia, se revelou frágil demais para poder sobreviver e distante demais para poder repercutir nas cidades.

Dissemos que existem hoje no país as forças sociais que uma vez despertadas e em movimento ameaçam romper as bases da sociedade atual. Mas, existem em potencial. Não se pode afirmar que haja no seu meio forças que se movimentam conscientemente nessa direção. Nesse sentido se explica a tranqüilidade da burguesia. A década de repressão isolou os pequenos grupos de revolucionários da classe. A ditadura militar, entretanto, soube reprimir, mas não solucionou as profundas contradições do nosso capitalismo subdesenvolvido - antes as agravou e uma nova irrupção aberta das lutas de classes colocará muito mais incisivamente do que no passado a questão da ordem social existente.

Proletariado e vanguarda revolucionária

Seria evidentemente do nosso interesse, como revolucionários, que o proletariado tornasse a liderança da luta contra a ditadura militar e a derrubasse num confronto direto. O proletariado seria a única classe capaz de transformar essa vitória numa derrota da classe dominante, até o ponto de tornar improvável ou pelo menos muito difícil uma nova ditadura, mesmo velada, da burguesia. Entretanto, não podemos ter ilusões. Momentos revolucionários criam surpresas, mas não milagres. Pelo estado atual da consciência e experiência da classe operária, é de se prever que ela não exercerá esse papel ainda nas condições de clandestinidade. Temos de partir da premissa que será no decorrer e em consequência da derrubada do regime que a classe adquirirá o grau de consciência, coesão e organização, que lhe permitirá liderar aliados nas lutas de classe.

Se constatamos essa situação, não é para nos conformar com ela. Como comunistas não podemos deixar de lutar pela independência do proletariado e no sentido da conquista da sua hegemonia nas lutas das classes oprimidas. A nossa atividade de hoje tem de preparar o terreno para amanhã. A única marca que podemos deixar na conjuntura atual, como revolucionários, é que as atuais lutas em miniatura conttenham os germes de um futuro movimento de massa de amanhã.

Se nos referimos aqui à esquerda brasileira e ao papel que desempenhou em relação ao proletariado, não queremos voltar a tratar do reformismo e populismo. O que está em foco atualmente é a chamada Esquerda Revolucionária, respectivamente o que dela restou após 13 anos de clandestinidade. O que nos interessa aqui, também, não é o seu passado, mas sim, o papel atual e o que poderá desempenhar no futuro. Partimos do fato que se trata de grupos infinitamente minoritários, que existem à margem da classe operária (sem falar dos trabalhadores do campo), e que, todos juntos, pela sua presença física, não atingiriam mais do que uma parcela mínima da classe operária. Porém, o que limita a sua ação não são somente essas relações de forças desfavoráveis, e nem mesmo o fato não menosprezível da repressão. O que pesa mais sobre essa Esquerda Revolucionária é a sua origem social pequeno-burguesa e a não representatividade de elementos operários entre ela. Não se pode elaborar "táticas" e "estratégias", sem levar em conta esses fatos, nem analisar e avaliar as "táticas" e "estratégias" em voga sem esquecer esses fatores quantitativos e qualitativos.

Há poucos anos atrás, parecia que a fraqueza de cada um dos principais grupos da Esquerda Revolucionária seria compensada, em parte, por uma aproximação dos pontos de vista básicos, pela criação de uma "tendência proletária", que permitiria estabelecer um contrapeso ao reformismo e ao populismo existentes. Essa aproximação foi interrompida em fins de 1974, em virtude de divergências surgidas em torno de duas questões: a da tática eleitoral e a da luta pelas liberdades democráticas. As incompatibilidades, que surgiram em torno das novas posições assumidas por duas organizações, a AP e o MR-8, todavia só eram expressão de divergências muito mais profundas e que se referiam fundamentalmente ao papel do proletariado brasileiro na presente fase das lutas de classes.

A questão eleitoral

Tanto a AP como o MR-8 abandonaram na campanha eleitoral de 1974 a posição de voto nulo e decidiram apoiar candidaturas individuais, de "autênticos", na chapa do MDB. Era esse o abandono de uma posição que as duas organizações sustentaram praticamente desde a promulgação do AI-2. Achamos que não foi casual esse recuo — tampouco foi casual o momento em que se deu.

O governo Geisel, que no início se apresentou como "governo de distensão" e de "abertura", chegou a despertar uma série de ilusões democratizantes nas classes médias, que, aliás, até hoje não desapareceram inteiramente, apesar das decepções sofridas. O esforço governamental de institucionalizar o regime para conferir-lhe maior respeitabilidade e estabilidade, foi tomado em vastos setores das classes médias como o início de um processo de redemocratização, dando margem a uma série de esperanças e boatos. A expectativa do presidente Geisel "governar com o MDB" só era um dos muitos rumores, postos em circulação por "entendidos" e

"bem informados".

Não queremos afirmar que as duas organizações mencionadas, AP e MR-8 (há outras, evidentemente), compartilharam desse gênero de ilusões democratizantes. Mas a mudança de tática eleitoral, sem dúvida, indicou que viram alterações qualitativas na situação do regime, que já justificavam uma participação nas eleições. Quais eram essas alterações da situação em relação aos governos anteriores do regime militar, nunca conseguiram explicar direito. É evidente, porém, que o crescimento do descontentamento das massas não seria razão para agora aceitar as regras de jogo do regime, que antes rejeitamos. Tampouco, a sua explicação de participar das eleições, para desmascarar a "farsa eleitoral" poderia ser tomada como razão séria. Não havia razões também para reavaliar o papel do órgão da "representação popular", do Congresso, que continuava sendo uma folha de parreira para cobrir a nudez da ditadura militar. O que fica como explicação da mudança de posições -já que não supomos que as duas organizações tenham compartilhado diretamente as ilusões democratizantes em voga - é que não souberam simplesmente resistir à onda que tomou conta das classes médias. Para isso contribuiu não só a sua própria origem pequeno-burguesa, como organização, como igualmente a sua fundamentação política, "teórica", das relações entre proletariado e pequena-burguesia, assunto do qual trataremos logo mais adiante.

Antes, porém, queremos ver de perto um aspecto da justificação teórica e "marxista" da sua atual posição. Entre outros, o DN da AP procura lançar mão de Lênin e da participação dos bolcheviques nas eleições da Duma na Rússia czarista. Se os bolcheviques participaram nas eleições, porque nós não podemos participar?

Há toda uma argumentação em torno dessa colocação do problema, no documento da AP, mas o problema fundamental não é tocado. Acontece que a lei eleitoral russa permitia mesmo aos operários mandar os seus representantes de classe para a Duma. Os operários russos, não só podiam votar nos candidatos social-democratas, como podiam selecionar entre eles os representantes bolcheviques, que no Legislativo formavam uma fração aparte dos mencheviques e dos socialista-revolucionários. Assim, os bolcheviques defendiam as suas posições da tribuna parlamentar, podendo ler de lá, inclusive, declarações de Lênin, redigidas no exterior. As tradições liberais do século XIX obrigavam as autoridades czaristas a respeitar as imunidades parlamentares (mesmo durante as campanhas eleitorais) e quando se sentiam incomodadas por oposições no seio da Duma, não tinham outro recurso do que dissolvê-la e convocar novas eleições, nas quais todas as forças políticas participavam de novo. Essa imunidade ficou em vigor até a Primeira Guerra Mundial. Quando os deputados bolcheviques votaram contra os créditos de guerra, foram presos e exilados para a Sibéria. Durante todo esse tempo, o Legislativo na Rússia serviu como tribuna pública e legal para uma propaganda revolucionária, para a defesa das reivindicações do proletariado e para a educação e mobilização das massas. Dito de passagem, não foram só os bolcheviques que seguiram essa tática. Antes deles, os revolucionários alemães já a tinham ensaiado durante a fase das Leis de Repressão de Bismarck, quando o seu partido estava na ilegalidade.

Lênin procurou sistematizar essa tática eleitoral, que ele via em função da conquista e manutenção das posições independentes do proletariado. O 2º Congresso da Internacional Comunista recomenda essa tática aos partidos irmão nos países onde for possível realizá-la. (A AP prometeu traduzir e publicar essas resoluções e esperamos que o faça em breve). E para garantir que a tribuna parlamentar seja de fato usada para a propaganda revolucionária, a resolução adotada exige que os parlamentares eleitos se submetam, por todos os meios, à disciplina do partido, e renunciem, caso não defendam os seus pontos de vista integralmente.

Podemos afirmar que no Brasil de hoje existem condições para uma tática eleitoral dessas? Evidentemente não. O proletariado brasileiro, para votar, é obrigado a escolher candidatos de outra classe, da pequena-burguesia, numa legenda de um partido burguês. É evidente que esses candidatos, uma vez eleitos, não estão dispostos nem em condições de defender reivindicações proletárias e muito menos ainda uma política proletária. Os mais radicais entre eles, os autênticos, não passam do nível populista pequeno-burguês e os apelos lançados ao proletariado de votar neles, na prática, só visam revalorizar o populismo perante os operários mais conscientes. Na prática, essa tática eleitoral só tem o efeito de frear o

processo de formação de uma classe operária independente no Brasil.

A luta pelas "liberdades democráticas"

A cobertura ideológica dessa tática eleitoral é fornecida pela plataforma de luta pelas "liberdades democráticas". Também nesse caso, origem e função da nova formulação são evidentes. Não é por acaso que não surgiu em 1970 nem em 1972 e sim em 1974, com o governo Geisel.

Também nesse caso são feitos empréstimos junto a Lênin e aos bolcheviques. Lênin distinguia entre "tarefas socialistas" e "tarefas democráticas" do proletariado e dos revolucionários russos. As "tarefas democráticas" estavam em função da ainda não realizada revolução burguesa na Rússia, que teve um auge em 1905 e que foi completada politicamente em fevereiro de 1917. Daqui em diante desapareceram as "tarefas democráticas" dos objetivos de luta dos bolcheviques, que se concentraram em torno das "tarefas socialistas", tais como agora definidas nas "Teses de Abril".

Há hoje um consenso geral entre os grupos, que se consideram da Esquerda Revolucionária, que o problema da revolução burguesa, antifeudal, no Brasil, como tinha sido colocado pelo PCB, está definitivamente superado. Por isso, os defensores das "plataformas democráticas" geralmente evitam entrar no assunto e fazem de conta que a formulação das metas de luta, mesmo intermediárias, não tem nada a ver com o caráter de uma futura revolução. Queremos deixar claro, também, que, como comunistas, não podemos estar contra a defesa (ou conquista) de direitos democráticos da classe operária no seio da sociedade burguesa. Quando lutamos pela liberdade sindical, pela abolição do controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, nós lutamos por um direito democrático do proletariado, que a classe dominante lhe negou durante a "redemocratização" do país em 1945. Quando denunciávamos os preparativos de golpes e lançamos apelos à resistência em 1964, procuramos defender os direitos democráticos que o proletariado brasileiro ainda desfrutava no seio da sociedade burguesa, até aquele momento. Coisa diferente, porém, é querer fazer desses direitos da classe operária no seio da sociedade burguesa uma "plataforma", uma "bandeira", um objetivo, que limita forçosamente a luta proletária. Na prática torna-se uma luta pela redemocratização, pela democracia burguesa, uma luta pela substituição de ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, por uma ditadura velada, mas direta.

Aí não contam as justificações ideológicas dos autores dessa linha política, que alegam tratar-se de simples "tática", nem as suas intenções subjetivas, que podem ser as mais sinceras possíveis. O que conta são os resultados de semelhante política, a experiência colhida no mundo inteiro durante mais de meio século — e há pouco em Portugal, onde o proletariado se tornou vítima das ilusões democráticas criadas e espalhadas pelo PCP desde os tempos da luta clandestina.

Fato é que em momentos em que a classe operária luta por objetivos que direta ou indiretamente ameacem os pilares da sociedade burguesa, a "bandeira democrática" se torna a bandeira da classe dominante e de seus defensores. Foi sob essa bandeira que Kerensky e Kautsky lutaram contra a revolução proletária na Rússia e foi sob a mesma bandeira que Mário Soares, com o apoio de Will Brandt e os países da CEE, liderou a ofensiva contra o proletariado português.

Queremos ficar com esses paralelos históricos dentro de proporções justas. Aplicando essa experiência ao nosso caso temos que ver que o proletariado brasileiro ainda está longe de representar uma classe politicamente independente, capaz de desempenhar um papel semelhante ao da russa em 1917. Nem mesmo pode no presente momento ser comparado à classe operária portuguesa, depois de 25 de Abril, quando iniciou a luta por objetivos socialistas, embora com métodos inadequados (democráticos). O proletariado brasileiro ainda tem de despertar da imobilidade, de organizar-se e manifestar-se como classe. Isso só pode se dar na medida em que lute em torno de suas reivindicações, em que as lutas locais e isoladas de hoje se alastrem, se tornem regionais e se encontrem em nível nacional. Mas,

a força motriz de tais lutas só pode ser as suas reivindicações específicas de classe.

Os nossos amigos da AP e do MR-8 não pensam assim. O seu problema fundamental é "acumular forças" na luta contra a ditadura militar. É a velha história das frentes bastante amplas, pois a amplitude é confundida com força. Para conseguir semelhantes frentes e aliança é preciso um denominador comum e como as reivindicações proletárias evidentemente não seriam aceitas pelas massas pequeno-burguesas - o grande aliando - são as fórmulas pequeno-burguesas que teriam de ser aceitas pelo proletariado. Trata-se justamente dessas fórmulas gerais e vagas, que excluem reivindicações determinadas do proletariado, que Marx e Engels já denunciaram em sua "Mensagem à Liga."

Na situação brasileira, a fórmula vaga das lutas pelas "liberdades" ou "direitos democráticos" barra o caminho para a conquista da independência política da classe operária. Os nossos amigos, entretanto não esperam tanto. O seu raciocínio não se adianta ao dia de amanhã e toda a sua argumentação é saturada pelo imediatismo, pela necessidade da "aliança" com a pequena-burguesia. Mas como o nosso proletariado ainda não age como classe independente e não está em condições reais de concluir tais alianças "táticas" ou "tácitas" em termos próprios, essa política se resume em levar os operários a uma liderança pequeno-burguesa.

Não faltam tentativas "teóricas" para fundamentar essa política. Novamente a AP (que mais se empenha nesse sentido) já em 1975, num documento publicado nos Brasil Socialista n^o 2, procura expor esse seu ponto de vista:

"Mas, argumenta-se, e a hegemonia? Não é condição essencial para fazer qualquer frente, garantir, de antemão, a hegemonia para o proletariado? Na verdade, isso seria ótimo, se fosse assim tão fácil. Garantir de antemão, a hegemonia significa expressar já um determinado conteúdo força material na relação com o aliado, que o leva a ser praticamente forçado a aceitar — sem alternativa — a direção proletária. Mas, e aí voltamos ao ponto de partida, como chegamos a tal situação de força? Sem praticarmos nenhuma aliança, supõe-se para aqueles que defendem tal idéia, pois ai não estaria garantida a hegemonia. Mas, nesse caso, não se praticaria nenhuma política de alianças até o proletariado ser tão forte, tão forte... que não mais precisaria praticamente de fazer alianças. Isso não é política revolucionária, isso é especulação voluntariosa, extremamente daninha aos processos revolucionários."

"A luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança que qualquer organização ou partido proletário faça. É fundamental. Mas, falamos em luta pela hegemonia, porque é exatamente assim que entendemos a questão: um processo, e não um dado a priori. Não se trata de uma questão ganha de antemão, não se sabe como... Não será exatamente a invocação do papel histórico da classe operária - - como vanguarda do processo e a única consequentemente revolucionária até o fim — que virá garantir-lhe a hegemonia. Trata-se concretamente de criar as condições para o exercício da hegemonia. E isso sempre significou, historicamente, uma questão básica: dispor de força. E não somente a força que emana das posições políticas justas, mas a sua tradução material em organização de massa, em capacidade efetiva de intervenção no processo".

Citamos o trecho por inteiro, para não sermos acusados de deturpar o raciocínio. Mas, o que se conclui de semelhante argumentação? Evidente que, já que não temos essa força, "organização de massa" e "capacidade efetiva de intervenção no processo", temos de deixar a hegemonia para a pequena-burguesia - já que "a luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança". E a aliança em si é pressuposta como necessária.

Entretanto, acontece também que os autores dessa argumentação lançam mão de um pequeno recurso oratório. A problemática da hegemonia do proletariado aqui é evidentemente forçada, para poder "destruí-la" mais facilmente. Simplesmente não é atual — em virtude das relações de forças existentes. O problema real, agudo e fundamental das lutas de classes no Brasil é o da formação de um proletariado politicamente independente, o da conquista da independência da classe operária. E essa questão não é nem mencionada

sequer.

É verdade que também a conquista da independência da classe é uma questão de relação de forças, produto de todo um processo histórico do país, de condições objetivas, dentro das quais o papel das vanguardas políticas só representa um fator entre outros. Mas o mínimo que se pode supor de uma vanguarda é que não se oponha a esse processo, que não procure freá-lo. Exatamente isso, os apologistas democráticos estão fazendo, quando tentam perpetuar a tutela ideológica pequeno-burguesa sobre o proletariado, quando tentam ativamente colocar massas proletárias sob hegemonia pequeno-burguesa. Pois o reconhecimento do fato do proletariado não estar em condições de exercer um papel hegemônico nas lutas das classes oprimidas, em si ainda não implica no reconhecimento da hegemonia pequeno-burguesa.

Fato é que sem a conquista da sua independência política, o proletariado nunca estará em condições de exercer um papel hegemônico. E se perpetuar essa situação da tutela pequeno-burguesa sobre a classe operária, os defensores das plataformas democráticas poderão discorrer até o Dia de São Nunca sobre o grato problema de hegemonia e relações de forças.

Evidentemente, o raciocínio de que um proletariado forte não precisa de aliados não é nosso. Fica por conta da AP. O que um proletariado, fraco ou forte, não precisará, entretanto, é um conceito de alianças como está sendo defendido pelos autores do trecho acima citado. Onde se inspiraram para a sua afirmação de que "política revolucionária" é "política de alianças?" Certamente não no marxismo, certamente não no leninismo. Essa colocação do problema é tipicamente pequeno-burguesa e, entre nós, tem o seu precedente em trinta anos de prática do PCB, sempre a procura de aliados pequeno-burgueses, burgueses progressistas e nacionalistas-democráticos. Parafraseando um célebre dito: roce um revolucionário pequeno-burguês e aparece um aliancista pacato.

De nossa parte, achamos que continua válida a recomendação que Marx e Engels já deram aos membros da Liga Comunista:

"Para o caso de uma luta contra um adversário comum, não é preciso de união especial. No momento em que se trata de dar combate ao adversário, os interesses dos dois partidos coincidem e, da mesma forma como se deu até agora, a aliança intencionada somente para aquele momento, se estabelecerá por si mesma".

Ou, como Lênin disse mais tarde, na luta contra a tentativa contra-revolucionária de Kornilov: *"Marchar separados, bater juntos"*.

A força motriz da luta proletária

À parte de todas as outras considerações, é absolutamente irreal supor que o proletariado brasileiro se movimente, organize e que vá às ruas em torno de reivindicações tão vagas, como os "direitos" ou as "liberdades democráticas". O proletariado pode, inclusive, votar em candidatos na chapa do MDB, que professem a necessidade de democracia, mas isso não o movimentará como classe, nem o organizará como tal.

A força motriz da luta do proletariado, hoje e por algum tempo, só pode ser encontrada na sua situação material. É a luta contra a carestia, contra a inflação, contra o "arrocho" salarial.

Que não nos digam que isso é economicismo. As lutas proletárias têm que tomar forçosamente as reivindicações econômicas como ponto de partida. Uma classe que não luta pela sua situação econômica, não estará em condições de formular uma política própria.

O grande problema político, hoje no Brasil, é a intervenção do proletariado nas lutas de classe sob bandeira própria. Nenhuma receita bolada por organizações de "vanguarda" pode preencher esse vácuo existente. As alternativas "políticas" apresentadas nesse sentido, não passam de variante de política pequeno-burguesa e não visam mais do que usar as massas

trabalhadoras como carne de canhão para uma política pequeno-burguesa.

Que já existem condições objetivas para uma política revolucionária de massas mostram, entre outras, as últimas eleições. Não é casual nem gratuitamente que a metade dos 250 mil votos nulos entregues no Rio de Janeiro ostentou inscrições reclamando pela falta e pelo preço do feijão e arroz. Revela não só a hostilidade de grande setor da massa, como também a sua indiferença em relação às formas pequeno-burguesas de política. Não é casual nem gratuito também o fato do balanço eleitoral e a análise no Nº. 8 do Brasil Socialista nem sequer mencionarem o fato.

Se a situação material da classe é a grande alavanca que os comunistas têm de aprender a manejar, o segundo passo consiste em encorajar e fomentar as formas de organização de base do proletariado. Isso pode tornar atual novamente a propagação dos comitês de empresa, de bairro, de comissões operárias ou de outros órgãos, que se cristalizarão no decorrer da luta. Nesse terreno, não queremos dar conselhos táticos de fora. Para desdobrar táticas é preciso estar no meio e poder julgar de perto o amadurecimento de uma situação. Importante é, porém, ter em mente que o que nos interessa mais é a organização da classe nos centros de produção, onde se decidirão as lutas principais.

Não menos importante é o surgimento de uma literatura de fábrica, que denuncie a situação existente, formule as reivindicações locais e nacionais e que prepare o caminho para que os operários possam tirar conclusões políticas da situação. Se os primeiros passos nessa direção devem ser dados pelos grupos de vanguarda, é igualmente importante despertar a iniciativa dos próprios operários. O fornecimento de recursos técnicos elementares e um auxílio na redação podem despertar iniciativas no seio da classe e contribuir decisivamente para o surgimento de um movimento mais vasto no seio dela.

A crise da Esquerda Revolucionária

É evidente que a situação do país está se desenvolvendo em direção de um crescente aguçamento das contradições. Já assinalamos que a Esquerda Revolucionária está despreparada para enfrentar as exigências dessa nova fase. A sua crise geral foi aprofundada pela situação da pequena-burguesia, esfarelada em diversas frações.

A crise da Política Operária resulta em parte do isolamento da prolongada clandestinidade e da falta de experiência real de lutas proletárias de uma geração mais nova, o que reduz forçosamente o papel que poderia desempenhar na atual situação. O que mais pesa do que as divergências propriamente ditas e que mais contribuiu para criar a presente situação (assuntos que tratamos nesta edição) é o fato da Organização — ou suas frações — não terem conseguido enraizar-se na classe e, em parte, terem abandonado a formação de quadros políticos operários. Com isso perderam a ocasião de intervir nas lutas por intermédio de novas lideranças operárias em diversos níveis. Estamos convencidos que a superação dessa falha será a premissa e o início da recuperação da PO, que pela linha política basicamente proletária das suas frações ainda se destaca nitidamente de toda a esquerda pequeno-burguesa. E enquanto rejeitarem a combaterem as tentações imediatistas em voga, fica aberto o caminho para uma superação da crise.

Não estaria completo o quadro da Esquerda Revolucionária, sem mencionar o MEP, a antiga Fração Leninista. Saída de uma cisão da PÓ, numa fase ultra-esquerdista desta e tomando caminhos próprios durante alguns anos, as duas organizações pensaram reunir-se novamente em 1974. A cogitada fusão tinha sido mal encaminhada pelos dois lados. A necessária discussão dos problemas pendentes nas bases devia ser realizada depois do fato consumado. Quando a PÓ, na última hora recuou, para colocar o problema em novas bases, o MEP não reagiu politicamente. Reagiu à maneira dos ofendidos. Integrou a frente anti-PO, composta por AP, MR-8 e alguns dissidentes da Organização e baixou a sua argumentação ao nível deles. O MEP tinha razões e plena liberdade para criticar a PÓ, mas as suas reações emocionais lhe impediram de dar uma contribuição própria para a superação da crise na Esquerda Revolucionária.

Desde então, o MEP ficou numa posição intermediária, que não podia satisfazer nem gregos nem troianos. Pretendia conciliar pontos de vista inconciliáveis. Continuava pleiteando o Voto Nulo, mas não combatia o participacionismo. Rejeitava a fórmula da "luta pelas liberdades democráticas", mas ao mesmo tempo procurava usar eufemismos, como luta pela "liberdade de reunião", "de manifestação", etc., dos quais se prometia uma aproximação dos pontos de vista opostos. Finalmente, procurou manter a ficção da existência de uma "tendência proletária" na esquerda brasileira, da qual nós teríamos nos afastado. Mas, mesmo passando por cima do fato de não termos sido nós que mudamos de "táticas", a "tendência" se desfez obviamente em 1974. Não era possível sobreviver como tal, tendo no seu meio duas correntes opostas, das quais uma luta pela classe operária independente e a outra procura mantê-la amarrada ao carro da pequena-burguesia.

Sabemos que esse quadro não atinge toda a Esquerda Revolucionária, composta ainda de diversos grupos e restos de agrupamentos em vias de se reorganizar. Pensamos especialmente em grupos e quadros individuais, que integraram a PÓ no passado e que se afastaram, principalmente durante a fase ultra-esquerdista. A eles, na medida em que os alcançamos, só podemos dar o conselho de não se venderem por um prato de lentilha. A PO, como está, evidentemente não representa uma resposta aos problemas candentes das lutas de classe no país, mas ela também não falou ainda a sua última palavra. Se possível pedimos a esses companheiros entrar em contato direto com esta Revista. Nesse caso, evidentemente, terão de tomar as providências para despachar a correspondência fora das fronteiras nacionais.

(Publicado na Revista Marxismo Militante – Exterior, 1977)

(Fonte: "Andar com os próprios pés". Belo Horizonte. SEGRAC. 1994).

